

TRIB, 28 maio 81

# Reverendo alega posse e pede o despejo de muitas famílias

Um clima de violência surgiu, ontem pela manhã, no local conhecido como Chácara do Reverendo, entre os bairros Andorinha e Joana D'Arc, quando fiscais da Prefeitura de Vitória demoliram um barraco de uma das centenas de famílias ameaçadas de despejo hoje, pela manhã, pelo reverendo Jader Jones Coelho — ele alegou ter documento provando que a área, apesar de grande parte ser mangue, pertence à Fundação Ateneu Cachoeirense, e que deverá ser construída uma universidade particular no local.

A ordem de despejo foi dada por oficiais de justiça ontem, aos moradores, com um prazo de 48 horas para abandonarem o local, mas ontem mesmo começaram as demolições de barracos, o que foi impedido logo depois pelos demais moradores, mesmo com a presença de policiais na área.

## DEBAIXO DE UMA PEDRA

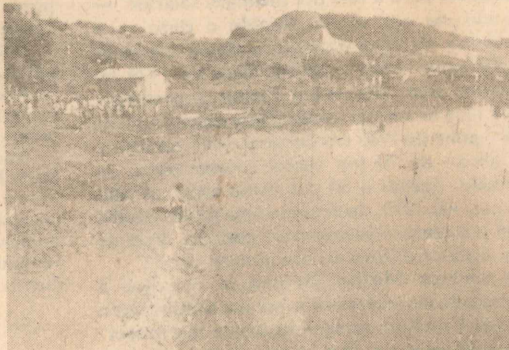
O primeiro barraco — isto se pudesse ser chamado realmente de barraco, pois tinha menos de 4 metros quadrados — pertencia à sr<sup>a</sup>. Alzira Vieira Santos, que há três semanas conseguiu comprar umas madeiras, ganhando, no entanto, a maioria do material e construir sua casa no local. Antes, ela e seu marido, bem idoso, e duas filhas doentes, moravam debaixo de uma pedra, como afirmaram várias pessoas. Ela foi retirada do barraco, os "fiscais quebraram tudo" e jogaram apenas o colchão que havia dentro do lamaçal", disse com medo de continuar na área, ela e seu marido deram algumas viagens e carregaram o pouco que sobrou.

A sr<sup>a</sup>. Alzira Vieira Santos também tinha ordem de sair somente hoje de seu barraco. Muito triste, abandonou o lugar e comentou: "Como posso continuar aqui? Se ficar, até me matam". O sr. Agostinho Felix também quase teve seu barraco demolido pelos fiscais da Prefeitura, mas resolveram dar um prazo de 15 minutos, para que ele mesmo iniciasse o trabalho. Foi ajudado por alguns, que tiraram parte do Eternit, mas não passou daí, pois os fiscais, vendo que os moradores se reuniam, preferiram buscar apoio da Polícia e não mais atacaram.

Os fiscais, no entanto, ficaram nas proximidades da Escola Alfredo Figueira, tentando impedir que as pessoas descessem até o local, o que foi inútil. Uma viatura da Polícia estacionou próximo à escola e ali permaneceu.

## TERRENO DE MARINHA

Os invasores que chegaram ao local nos últimos dias apenas demarcaram em seus lotes no imenso terreno que alegam estar abandonado há mais de 20 anos, servindo apenas como "esconderijo de marginais". Nenhum ainda construiu barracos no local. Antes disso, outros procuraram o manguezal, que há mais de dois anos vem sendo procurados por inúmeras famílias, atingindo mais de 60 atualmente. Os moradores mais antigos comprovaram que a área que hoje é terreno



## O local é terreno de Marinha

de Marinha e mostraram os recibos pagos à União, por terem financiado no lugar seus barracos. Uns estão há mais de 20 metros dentro d'água.

O sr. Paulo César Conceição Demoner, por exemplo, mora no mangue há quase dois anos. Por ter construído no lugar uma casa de alvenaria foi multado pela Prefeitura de Vitória e pagou uma multa, em 31/5/80, de Cr\$ 1.250. A União também pagou uma taxa de Cr\$ 1.400, às 12h15 de 6/6/80, sob o alegação: "Natureza da infração: construir barraco dentro do mangue sobre águas de domínio marítimo, próximo ao bairro de Joana D'Arc". Foi assinado pelo capitão da Capitania dos Portos, sr. Hélio Barata Soares.

O mesmo ocorreu com o morador José Luiz Vieira, que nesta mesma data, pagou à União Cr\$ 708, sob a mesma alegação. Diversos outros moradores afirmaram o mesmo e mostraram os comprovantes.

## TERRAS DEVOLUTAS

Muito revoltado estava o sr. José Carneiro, antigo morador na área: Disse que muitas famílias pagam imposto à Prefeitura e que agora o reverendo Jader Jones Coelho e um outro conhecido apenas por "Sinval", "alegam que são donos de tudo. Mas há mais de 20 anos que não pagam nenhum imposto da área, exceto o mangue, que é terra de Marinha. Por isso, tudo agora deve ser do Estado, se transformando em terras devolutas. Um desembargador — não sabe o nome — disse que esta perseguição não pode ocorrer e que o juiz que assinou a ordem de despejo é muito amigo do sr. Sinval".

O sr. José Carneiro também disse que o pessoal que mora no mangue "não tentou invadir nada, mas como outras famílias estão chegando na área, o reverendo aproveitou a situação, para expulsar a todos. O mangue não pode ser dele", afirmou. "Nem tão pouco o outro terreno, que durante muito tempo

ficou abandonado, sem que houvessem plantado no local uma bananeira".

Ainda muito irritado, afirmou que anteontem apareceu no mangue um oficial levando a ordem de despejo e "até polícia dando tiros para afugentar o pessoal. Porque este procedimento?" perguntou. "Não estamos em guerra. Eles deveriam ir para o centro da cidade que está cheio de ladrões. Nesse momento, os políticos somem e não ajudam a ninguém. Depois correm aqui, à procura de votos. Se depois de tudo isso, algum deles chegar em minha venda, quebro uma garrafa de cerveja na cabeça de um", desabafou.

Grande parte dos moradores do mangue ganha menos que o salário mínimo. Alguns nem emprego tem, como é o caso do sr. Alcides Nacodemos de Jesus, pai de três filhos e cuja esposa espera mais um. Seu barraco tem somente uns 6 metros quadrados de espaço, e comporta uma espuma com colchão, um fogareiro e algumas latas, além de uma lamparina. Ele não tem emprego fixo, trabalha como pedreiro, "quando encontra trabalho". Mora no local há três meses. Antes se "esforçava" para pagar um aluguel de Cr\$ 2 mil mensais.

Para demolição dos barracos, os fiscais da Prefeitura levaram pé-de-cabra", marreta e outros instrumentos. Era, segundo afirmaram várias pessoas, mais de oito, e proibiam outras pessoas de descerem até a beira do mangue. Chegaram a tomar foices de pessoas que roçavam parte do terreno. O sr. Geraldo Passos chegou a dizer: "Não tem jeito mesmo a vida do pobre. Nem morando dentro d'água, como frango d'água, ele tem sossego." O proprietário do outro barracão que seria demolido ontem pelos fiscais pertence ao sr. Agostinho Felix, pai de três filhos.

Procurado ontem para dar algumas explicações, o sr. "Sinval" — ninguém soube informar seu sobrenome — se negou a dar qualquer tipo de informação, apontando para o sr. Jader Jones Coelho, o reverendo. Enquanto este senhor falava à imprensa, o sr. "Sinval" agredia a tapas mais de três crianças que se aproximavam do local.

O sr. Jader Jones Coelho, a respeito do despejo das famílias, disse que fosse consultado o juiz da Primeira Vara de Vila Velha, sr. Augusto Colm, que assinou a ordem de despejo. Alegou que toda a área pertence a Fundação Ateneu Cachoeirense. Disse que tem a documentação, mas não podia apresentá-la no momento. Garantiu que hoje todas as famílias serão despejadas do local, "sem contemplações".

Afirmou, ainda, que a área pertence a Fundação desde 1959 e que a área deverá ser utilizada na construção de uma universidade particular. "Até mesmo os terrenos de Marinha pertencem à Fundação, porque há muito tempo as áreas foram requeridas", frisou. Quando informado de que muitos moradores possuem documento de taxas pagas à União, disse: "Problema deles". O reverendo pertence à Igreja Presbiteriana, e quer a área livre "a todo custo".